



JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO APRESENTADA PELO ADVOGADO QUIRINO FERREIRA – REPRESENTANDO EMPRESAS INTERESSADAS EM PARTICIPAR DO CERTAME

1. DO RELATÓRIO

A Prefeitura Municipal de Vitória publicou edital de Pregão Eletrônico nº. 172/2021, que tem como objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES**, com data de abertura para o dia 29/04/2022.

Após conhecimento do Edital, o Advogado **QUIRINO FERREIRA** interpôs impugnação alegando, em síntese:

- I – Impossibilidade de realização de Pregão Eletrônico no presente caso;
- II – Exigência do cadastro no Instituto de Defesa e Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF);
- III – Falhas na composição de custos constantes do edital;
- II.a – Composições de preços unitário (Anexo II) – “Administração Local”;
- II.b – Área livre – (subitem 8.2 – Anexo II – Composição de custos);
- II.c – Rodagem dos Pneus (Anexo II – Composição de custos);
- II.d – Anexo II – Composição de custos – Plantio de árvores – mudas pequenas em área pavimentada;
- II.e – Anexo Projeto Básico – Quantitativo de funcionários para retirada de árvores tipos 1, 4, 7 e 10;
- II.f – Anexo II – Composição de custos – Área livre - equipamentos;
- II.g – Da desatualização dos preços dos combustíveis (Gasolina e Óleo Diesel);

É o breve relatório.

2. DA TEMPESTIVIDADE E FORMALIDADE

Destacamos que o prazo e a forma correta para interposição da impugnação encontram-se arregimentados no item 06 do instrumento convocatório, tendo a empresa atendido as exigências elencadas no Edital.



3. DA ANÁLISE DO MÉRITO E FUNDAMENTAÇÃO

I – IMPOSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO NO PRESENTE CASO.

A impugnante apresentou os mesmos argumentos da impugnação anterior quanto à escolha da modalidade Pregão Eletrônico, sendo comprovado no seguinte trecho da atual impugnação:

4.1 – DA IMPOSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO NO PRESENTE CASO

A despeito desta il. Comissão já ter enfrentado e descartado o presente argumento, cumpre destacar, logo de início, não haver dúvidas a respeito da total incompatibilidade da modalidade Pregão Eletrônico com o objeto que se pretende contratar, conforme consta do Edital... (grifamos)

À exceção do trecho exposto acima, todas as alegações da presente impugnação são idênticas à anterior, portanto, a empresa não apresentou novos argumentos capazes de alterar a escolha desta modalidade.

Destacamos que esta alegação foi refutada com embasamento pela Administração e mantida inalterada no instrumento convocatório.

Pelo exposto, verifica-se neste contexto a preclusão consumativa da matéria já arguida, permanecendo a escolha da modalidade “Pregão Eletrônico” para a contratação de serviços de manutenção de Áreas Verdes.

II – FALHAS NA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS CONSTANTES DO EDITAL;

Considerando a natureza técnica das alegações, compete avaliação do setor técnico (SEMMAM/GAV). A impugnação fora encaminhada para sua manifestação, a qual colacionamos abaixo:

II.a – EXIGÊNCIA DO CADASTRO NO INSTITUTO DE DEFESA E AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESPÍRITO SANTO (IDAF);

O impugnante questiona a exigência de autorização prévia expedida pelo IDAF para a contratada como aplicador de produtos agrotóxicos, seus componentes e afins.

Não obstante não sejam utilizados produtos agrotóxicos e herbicidas na execução do serviço de manutenção de áreas verdes, são utilizados os domissanitários para controle de doenças ou pragas.

Portanto, para a utilização destes produtos, é necessária a autorização prévia expedida pelo órgão ambiental



competente.

II.b – COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIO (ANEXO II) – “ADMINISTRAÇÃO LOCAL”;

O impugnante questiona em qual item ou subitem da planilha relativa à composição do BDI está considerada a Administração Local.

De acordo com a empresa de consultoria Modus Engenharia e Serviços Ltda, a administração local está incluída no subitem “administração central” do BDI, conforme recomendações do TCEES.

II.c – ÁREA LIVRE – (SUBITEM 8.2 – ANEXO II – COMPOSIÇÃO DE CUSTOS);

Questiona-se na impugnação a suposta contradição entre a exigência de dois veículos para a execução dos serviços de área livre no Projeto Básico (item 23.7.5) e a previsão de apenas um veículo na planilha de composição de custos.

Conforme apontado pela empresa de consultoria Modus Engenharia Ltda, não há qualquer equívoco. A planilha de composição de custos unitários tem uma aba específica para cada equipe de área livre, sendo previsto conforme dimensionamento no projeto básico, 02 (dois) caminhões, sendo 01 (um) por equipe, da seguinte maneira:

1 (um) caminhão para a “Área Livre 1”, considerando todo o serviço, e 01 (um) caminhão para a “Área Livre 2”, considerando a não execução do pavimento.

II.d – RODAGEM DOS PNEUS (ANEXO II – COMPOSIÇÃO DE CUSTOS);

Questiona-se a estimativa de vida útil dos pneus de caminhão leve utilizada para fins de composição de custos, aduzindo que o cálculo superestima a capacidade de rodagem dos pneus.

Requer o recálculo dos custos previstos para a rodagem dos pneus, a fim de se adequar às reais capacidades de rodagem, conforme orientação da Associação Brasileira do Segmento de Reforma de Pneus.

Segundo informa a empresa de consultoria Modus Engenharia, a previsão dos custos relativos ao modelo dos pneus (sem câmara), e a vida útil destes, foi realizado considerando informações da vida útil de pneus constantes da planilha da Associação Nacional de Transportes Públicos – ANTP (<http://www.antp.org.br/planilha-tarifaria-custos-do-servico-onibus/planilhaexcel.html>) e da tabela do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes – GEIPOT (http://geipot.gov.br/Estudos_Realizados/cartilha01/ANEXO%20I.htm).



Nesse sentido, a composição feita para a rodagem dos pneus está adequada à capacidade de rodagem relativa à prestação de serviços objeto do certame, não sendo necessário o recálculo, eis que em conformidade com as orientações da Controladoria-Geral do Município.

II.e – ANEXO II – COMPOSIÇÃO DE CUSTOS – PLANTIO DE ÁRVORES – MUDAS PEQUENAS EM ÁREA PAVIMENTADA;

O impugnante questiona suposta contradição entre a ausência de previsão, no Projeto Básico, de marteleiro rompedor e gerador de energia, considerados para a composição de custos na aba Plantio de árvores – mudas pequenas > 1,8 < 3,9m em área pavimentada (subitem 1.1).

No entanto, em razão da impugnação apresentada pelo causídico datada de 03/02/2022, o Projeto Básico foi alterado para previsão dos respectivos itens mencionados.

Não havendo necessidade de alteração no Projeto Básico, eis que a correção já foi anteriormente realizada.

II.f – ANEXO PROJETO BÁSICO – QUANTITATIVO DE FUNCIONÁRIOS PARA RETIRADA DE ÁRVORES TIPOS 1, 4, 7 E 10;

O impugnante questiona o número de trabalhadores integrantes da equipe de retirada de árvores tipos 1, 4, 7 e 10 (subitem 23.2.4), no que diz respeito à capacidade de transporte de passageiros do veículo previsto para esta equipe, a saber, um caminhão com cabine suplementar.

De fato, a equipe é composta por nove trabalhadores, enquanto o caminhão, com a cabine suplementar, tem a capacidade de transportar nove trabalhadores neste cálculo sendo incluído o motorista.

Contudo, o pedreiro e o ajudante de pedreiro, em que pese integrem a equipe de retirada de árvores, não se transportam com a equipe de jardineiros, considerando que executam seus serviços em momentos distintos.

O pedreiro e ajudante de pedreiro são transportados com a equipe de veículos, enquanto os jardineiros e supervisor de turma se deslocam no caminhão com cabine suplementar, conforme estabelecido no item 23.10.7 do Projeto Básico, que ora transcrevemos:

23.10.7 Essa equipe deverá dar apoio a outras equipes, como: Paisagismo, Área Livre, Retirada, Plantio, Manutenção de Parques, Produção de Mudas, Poda de Gramado. Ao final de cada mês deverá ser apresentado pela contratada relatório diário das atividades desenvolvidas por cada veículo, em que conste: o dia; a carga transportada; pontos de coleta e destino, hora início e hora do término do serviço.



Portanto, não há que se falar em insuficiência no dimensionamento de veículos.

II.g – ANEXO II – COMPOSIÇÃO DE CUSTOS – ÁREA LIVRE - EQUIPAMENTOS;

O impugnante questiona suposta contradição entre a ausência de previsão, no Projeto Básico, de martelete rompedor e gerador de energia, considerados para a composição de custos na aba Área livre (subitem 8.1).

No entanto, consta no Projeto Básico, no subitem 23.7.6, relativo às ferramentas, equipamentos e materiais a serem utilizados na execução dos serviços de área livre, a previsão do rompedor de concreto 10kg, que se trata, justamente, do martelete rompedor orçado na planilha de composição de custos.

O gerador de energia é item complementar indispensável ao funcionamento do rompedor.

Portanto, não há necessidade de qualquer correção.

II.h – Da desatualização dos preços dos combustíveis (Gasolina e Óleo Diesel);

O impugnante requer a atualização da tabela no que diz respeito ao preço dos combustíveis diante da defasagem ocasionada pela elevação vertiginosa dos preços praticados no mercado. PREFEITURA DE VITÓRIA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMMAM GABINETE DO SECRETÁRIO

Conforme informação da Modus Engenharia, os valores utilizados referem-se aos preços praticados na data base das composições, portanto, não se torna viável que, a cada aumento de combustíveis, tenha-se que suspender uma licitação deste porte para que os cálculos sejam refeitos devido à defasagem dos preços orçados, sendo que há previsão no edital de pleitear o reequilíbrio econômico-financeiro, conforme redação abaixo:

CLÁUSULA NONA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

8.1. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, além de obedecer aos requisitos previstos no artigo 65, inciso II, “d”, da Lei Federal nº 8.666/1993, será proporcional ao desequilíbrio efetivamente suportado, cuja existência e extensão deverão ser comprovados pela CONTRATADA ou pelo CONTRATANTE, conforme o caso, e darão ensejo à alteração do valor do contrato para mais ou para menos, respectivamente. **8.2.** O pleito de reequilíbrio econômico-financeiro não será acolhido quando a parte interessada falhar em comprovar os requisitos previstos neste Edital, em especial nas seguintes hipóteses:



- a) A efetiva elevação dos encargos não resultar em onerosidade excessiva ou não restar comprovada e quantificada por memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada;
- b) O evento que houver dado causa ao desequilíbrio houver ocorrido em data anterior à sessão pública de entrega dos envelopes e declarações complementares ou posterior à expiração da vigência do contrato;
- c) Não for comprovado o nexo de causalidade entre o evento e a majoração dos encargos suportados pela parte interessada;
- d) A parte interessada houver, direta ou indiretamente, contribuído para a majoração de seus próprios encargos, seja pela previsibilidade do evento, seja pela possibilidade de evitar a sua ocorrência;
- e) A elevação dos encargos decorrer exclusivamente de variação inflacionária, hipótese já contemplada nos critérios de reajuste previstos neste instrumento.
- f) O evento que houver dado causa ao desequilíbrio constituir álea ordinária imputável à CONTRATADA, quando o pleito houver sido apresentado por esta.

Corroborando com o tema, o TCU assim se posicionou:

Não há óbice à concessão de reequilíbrio econômico-financeiro visando à revisão (ou recomposição) de preços de itens isolados, com fundamento no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/1993, desde que estejam presentes a imprevisibilidade ou a previsibilidade de efeitos incalculáveis e o impacto acentuado na relação contratual (teoria da imprevisão); e que haja análise demonstrativa acerca do comportamento dos demais insumos relevantes que possam impactar o valor do contrato. Acórdão TCU nº 1.604/15 Plenário (Relator: Ministro Augusto Nardes).

Portanto, diante da volatilidade do preço dos combustíveis e considerando a previsão editalícia de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, este custo na planilha não sofrerá alterações.

A impugnação do douto advogado deve ser, portanto, integralmente desprovida.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
CENTRAL DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
Coordenação da Central de Licitações

Processo n.º	1038890/2021
--------------	---------------------

4. DA CONCLUSÃO

Tendo cumprido com as formalidades legais, **CONHECEMOS A IMPUGNAÇÃO INTERPOSTA** e, na análise do mérito, **JULGAMOS IMPROCEDENTE**.

Em 29 de abril de 2022.

Karina Adelina Schwartz
Pregoeira Municipal